



NILSON BASTIAN CÂMARA DOS DEPUTADOS



LAYCER TOMAZ CÂMARA DOS DEPUTADOS



LUIS MACEDO CÂMARA DOS DEPUTADOS



RODOLFO STUCKERT CÂMARA DOS DEPUTADOS

Com votação concluída na Câmara e no Senado, MP dos Portos vai a sanção

Após praticamente dois dias de intenso debate entre deputados contrários e favoráveis ao texto, só na manhã de ontem o Plenário concluiu a análise da medida provisória que estabelece novas regras para as concessões e autorizações de portos públicos e terminais privados no País. No Senado, a matéria foi aprovada em 8 horas, e agora segue para sanção presidencial. “Nos últimos dias, tivemos uma sessão recorde: foram mais de 40 horas – fato inédito nesta Casa – de debates, de discussão, de votação, de tolerância, de respeito, de democracia. O povo brasileiro pode se orgulhar do seu Parlamento”, disse o presidente Henrique Eduardo Alves.

Comissão mista analisa anteprojeto que define crime de terrorismo

A Comissão Mista de Consolidação das Leis analisa minuta de projeto que define o crime de terrorismo e estabelece penas para a prática. Embora esteja citado no artigo 5º da Constituição e constar de acordos internacionais ratificados pelo Brasil, o crime não é previsto de forma clara nas leis do País.

O texto apresentado pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) será discutido pelos integrantes da comissão antes de se transformar em projeto de lei e tramitar na Câmara e no Senado.

A comissão foi criada para propor a regulamentação dos dispositivos constitucionais que ainda não foram regulamentados e consolidar as leis federais.

A minuta, segundo o deputado Miro Teixeira, foi elaborada com base no PLS 236/12, de reforma do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), proposto por comissão de juristas criada pelo Senado. Miro Teixeira informou ter consultado também outras proposições, totalizando 43 projetos, além de nove tratados, protocolos e convenções internacionais.

Pena maior - O deputado incluiu na minuta pontos que considera “desconfortáveis”, a fim de que sejam discutidos. Ao contrário do projeto de reforma do Código Penal, o texto de Miro Teixeira não faz distinção entre quem financia, auxilia ou pratica os atos de terrorismo. A pena prevista vai de 24 a 30 anos, maior que a proposta pelo PLS 236/12, que vai de 8 a 15 anos, podendo chegar a 20 anos se for usada arma de destruição em massa ou outro meio capaz de causar grandes danos.

A pena prevista na minuta não exclui as sanções aplicáveis a outros crimes, no caso de ocorrer lesão corporal ou morte.

A proposta define como terrorismo causar terror na população por meio de condutas como uso, ameaça de uso, transporte e guarda de explosivos, gases tóxicos, venenos, armas biológicas ou outros meios capazes de promover



Miro Teixeira

destruição em massa. O texto inclui a sabotagem de sistemas de informática e bancos de dados e a sabotagem, com violência ou grave ameaça, de funcionamento de meios de comunicação e de transporte e instalações públicas.

Terrorismo no dia a dia - O texto também enquadra como terrorismo atos como incendiar,

depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado. Segundo o deputado, é preciso proteger a população de maneira permanente, independentemente dos grandes eventos esportivos. “Nossa população vive submetida a alguns atos de terrorismo que ela não percebe. No Rio de Janeiro, o camarada que bota fogo num ônibus cheio de gente e bloqueia a porta para ninguém sair está, sim, causando terror na população”, explicou.

Outro item do projeto é a diferen-

ciação entre movimentos sociais e terrorismo. O texto prevê que não se enquadra no crime a conduta individual ou coletiva de pessoas movidas por propósitos sociais ou reivindicatórios.

A punição poderá ser extinta caso o responsável pelo ato desista voluntariamente de prosseguir a tempo de evitar que o resultado aconteça.

agenda

SEXTA-FEIRA
17 de maio de 2013

Sessão solene

Homenagem aos 39 anos da Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas da Petrobras e demais empresas extrativistas, petroquímicas e de refinação do Estado da Bahia (Astape). Plenário Ulysses Guimarães, 15h

Minas e Energia aprova regras para encerramento de atividade nuclear

A Comissão de Minas e Energia aprovou alteração do Senado ao Projeto de Lei 2078/07, que institui regras para o encerramento das atividades de instalações radiativas. A emenda do Senado explicita que os titulares das instalações radiativas continuam submetidos às sanções previstas na lei que institui a responsabilidade civil e criminal por prejuízos causados pela atividade nuclear (6.453/77) e ao Código Penal (Decreto-Lei 2848/40) até o fechamento total.

Como também já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o projeto segue para votação em Plenário.

De acordo com o relator, deputado Fernando Jordão (PMDB-RJ), “a altera-

ção apresentada pelo Senado impõe sua aceitação e contribui substancialmente para o projeto”.

São consideradas instalações radiativas locais como laboratórios para produção de radioisótopos, clínicas de medicina nuclear e radiodiagnóstico, reatores e aceleradores de partículas.

Dose residual - O projeto limita a dose residual de radiação após o encerramento das atividades do local em um milisievert por ano. Estima-se que a exposição média por pessoa proveniente de fontes naturais seja de 2,4 milisievert por ano, podendo haver variação, dependendo da região onde o indivíduo reside, segundo dados do Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD).



A usina nuclear de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**

1ª Vice-Presidente
Andre Vargas (PT-PR)
2ª Vice-Presidente
Fábio Faria (PSD-RN)
1º Secretário
Marcio Bittar (PSDB-AC)
2º Secretário
Simão Sessim (PP-RJ)
3º Secretário
Maurício Quintella Lessa (PR-AL)
4º Secretário
Biffi (PT-MS)

Suplentes: **Gonzaga Patriota (PSB-PE), Wolney Queiroz (PDT-PR), Vitor Penido (DEM-MG) e Takayama (PSC-PR)**
Ouvidor Parlamentar: **Nelson Markezelli (PTB-SP)**
Procurador Parlamentar: **Claudio Cajado (DEM-BA)**
Corregedor Parlamentar: **Átila Lins (PSD-AM)**
Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos: **Inocência Oliveira (PR-PE)**
Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**
Secretário-Geral da Mesa: **Mozart Vianna de Paiva**

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon** (61) 3216-1500 secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas
Frederico Schmidt
Coordenador de Jornalismo
Antônio Vital

Editora-chefe
Rosalva Nunes
Editores
Sandra Crespo
Juliano Machado Pires

Diagramadores
Gilberto Miranda
Roselene Guedes
Ilustrador
Renato Palet

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA) em papel reciclado

Congresso aprova MP dos Portos no último dia de validade

Objetivo principal da medida é dar maior competitividade ao setor portuário.

Texto aprovado é o relatório da comissão mista que analisou a MP, alterado por uma emenda e três destaques

O Senado aprovou na tarde de ontem (16) a Medida Provisória dos Portos (MP 595/12) por 53 votos favoráveis, 7 contrários e 5 abstenções.

A medida havia sido aprovada na Câmara pela manhã, e, logo em seguida, passou à análise dos senadores, que a aprovaram no início da noite. O texto segue para sanção presidencial.

A excepcionalidade foi justificada pelos esforços de evitar a perda de validade da MP a partir de meia noite de quinta-feira. O relator da MP, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), argumentou que, apesar da longa análise da Câmara, os deputados fizeram poucas mudanças efetivas no texto aprovado na comissão mista, em 24 de abril.

41 horas - Após cerca de 41 horas de debate em dois dias de votação, o Plenário da Câmara concluiu a análise da MP. “Se houve um vencedor, foi o debate, a controvérsia, a formação democrática, a lealdade da base do governo, a valentia da oposição e a responsabilidade de todos os parlamentares”, disse o presidente Henrique Eduardo Alves. “A partir de hoje, o povo brasileiro, que assistiu a esse debate recorde na história do Parlamento, vai poder se orgulhar mais desta Casa.”

Na Câmara, depois de votações nominiais lentas e da apresentação de diversas emendas aglutinativas pela oposição, o governo decidiu apoiar a possibilidade facultativa de prorrogação de contratos de arrendamento firmados segundo as regras da Lei 8.630/93 (Lei dos Portos), por uma única vez, pelo prazo máximo previsto contratualmente.

Como condição, o arrendatário terá de fazer investimentos para expansão e modernização das instalações portuárias.



LACER TOMAZI / CÂMARA DOS DEPUTADOS



ZECA RIBEIRO / CÂMARA DOS DEPUTADOS

O embate entre a base do governo e a oposição em torno da MP durou 41 horas

A possibilidade de prorrogação consta de emenda do deputado Sibá Machado (PT-AC), que foi aprovada em Plenário. Essa aprovação viabilizou votações mais rápidas e também prejudicou a análise de outras emendas e destaques da oposição.

Cópia - O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), criticou o fato de a emenda do PT ser cópia da apresentada por seu

partido com pequena modificação. “Esse tema exigiu a intervenção da ministra Ideli Salvatti [da Secretaria de Relações Institucionais]”, disse Caiado, referindo-se à prorrogação dos contratos.

A emenda determina ainda que o Executivo envie ao Congresso relatório anual detalhado sobre contratos em vigor, relação de instalações exploradas com au-

torização, lista de contratos licitados entre outros dados.

Ao todo, o Plenário votou dez destaques e uma emenda em cerca de 15 horas de sessões.

Prorrogação - O texto da comissão mista já permitia ao poder concedente antecipar a prorrogação de contratos de arrendamento em vigor firmados com base na Lei 8.630/93, mas não especificava por qual período.

A redação acatada pelo Plenário contraria a versão original da MP e prevê também a renovação, pelo período de vigência estipulado no contrato, dos arrendamentos celebrados antes da Lei 8.630/93, que passou a valer em 25 de fevereiro de 1993 e é revogada pela MP.

A MP original proibia a renovação de contratos já vencidos e determinava a realização de licitação também quando a renovação não estivesse explícita contratualmente.

Quando da edição da medida, a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP) divulgou uma lista de 159 instalações portuárias aptas a serem licitadas pelas novas regras, seja porque os contratos venceram ou vencerão até 2017.

Prorrogação fixada - Pelo texto aprovado, a prorrogação dos novos contratos, licitados segundo as regras da MP, não será mais a critério do poder concedente. A vigência inicial continua de 25 anos, mas a única prorrogação prevista determina o atingimento do prazo máximo de 50 anos se o arrendatário fizer investimentos para expansão e modernização das instalações. A MP original deixava o prazo de prorrogação à escolha do governo, sem vínculo com investimentos já previstos no contrato.

A sessão mais longa dos últimos 40 anos, lembra Alves

A sessão de votação da polêmica MP dos Portos foi a mais longa dos últimos 40 anos de história da Câmara dos Deputados. É o que atesta o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, que exerce seu 11º mandato consecutivo na Casa, como deputado desde 1971.

A análise da matéria começou na terça-feira (14), quando a sessão se estendeu por quase 18 horas. A votação foi retomada na quarta-feira (15), às 11h, e só terminou na quinta-feira (16), às 9h45, durando, portanto, quase 23 horas.

“Nós últimos dias, tivemos uma sessão recorde: foram mais de 40 horas – fato inédito nesta Casa – de debates, de discussão, de votação, de tolerância, de respeito, de democracia”, disse o presidente. “Eu participei da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e não vi nada igual”, ressaltou.

Telefonia de Dilma - Alves disse que recebeu uma ligação da presidente Dilma Rousseff agradecendo a conduta da Câmara durante a sessão. “Ela agradeceu muito, sobretudo a conduta firme e democrática da sessão e do resultado”, disse, ao sair de uma reunião com o vice-

-presidente Michel Temer e parlamentares ruralistas da Câmara e do Senado.

O secretário-geral da Mesa Diretora, Mozart Vianna, destacou que a minoria se utilizou de todos os recursos permitidos pelo Regimento Interno para retardar e impedir a votação da proposta. “É por isso que a sessão fica longa”, explicou. “Isso é legítimo. O regimento é feito exatamente para dar direitos à minoria”, complementou. A oposição apresentou emendas aglutinativas, fez diversas questões de ordem e solicitou votações nominiais sobre diversos pontos.

Segundo Mozart Vianna, na Assembleia Nacional Constituinte houve

sessões que também vararam a noite. Antes disso, lembra, houve a sessão de votação da Emenda Dante de Oliveira, como ficou conhecida a proposta de realização de eleições diretas para presidente da República no Brasil, em 25 de abril de 1984. Essa sessão começou às 9h e terminou às 2h da madrugada do dia seguinte, durando 17 horas.

Mais recentemente, em 15 de fevereiro de 2005, a sessão de eleição do deputado Severino Cavalcanti (PP-PE) para a Presidência da Câmara durou cerca de 13 horas seguidas.

Chinaglia: pontos que não tiveram acordo com a liderança podem ser vetados

O líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), afirmou ontem que, mesmo nos casos em que houve divergência na base governista durante a votação da Medida Provisória dos Portos (595/12), a orientação da liderança prevaleceu.

Em relação à possibilidade de vetos presi-

denciais impostos ao texto aprovado pela Câmara, Chinaglia disse que o Executivo deverá se basear no projeto de lei de conversão aprovado pela comissão mista. "Há acordo de mérito e de conteúdo para tudo o que está exposto no relatório do senador Eduardo Braga (PMDB-AM), que foi o relator na comissão mista", disse.

Sobre os pontos do relatório que foram alterados pela Câmara, Chinaglia disse que só há acordo para não vetar aqueles acertados por ele, como líder. "Fizemos acordo de mérito aqui, sim, e quanto



NILSON BASTIAN/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Há acordo de mérito e de conteúdo para o que está exposto no relatório do senador Eduardo Braga na comissão mista

Arlindo Chinaglia

aglutinativa do deputado Sibá Machado (PT-AC) à medida provisória. A emenda determina a prorrogação dos contratos de arrendamento firmados com base na Lei dos Portos (8.630/93) por uma única vez, pelo prazo máximo previsto contratualmente, condicionada à realização de investimentos. O governo, no relatório, havia acordado que a prorrogação seria possível, a critério do Executivo, mas não especificava o prazo.

Base aliada - Para o deputado Fernando Ferro (PT-PE), os objetivos centrais da medida

a isso, há compromisso de não vetar." No entanto, as alterações que, segundo o deputado, foram feitas ao longo dos debates para permitir a aprovação da proposta, nos chamados acordos de procedimento, não têm a garantia de serem mantidas.

Aglutinativa

- Entre esses pontos está a emenda

foram resguardados. Mas ele advertiu que restou um aprendizado sobre falhas no processo de articulação da base governista. "Fica um grande aprendizado do processo, que revela a existência de problemas de articulação política e na base do governo", disse.

Para Fernando Ferro, alguns embates que ocorreram "no calor da votação" poderiam ter sido feitos antes. Mesmo assim, o deputado reconheceu que o assunto era polêmico e que atravessou a barreira partidária. "Entendo que o interesse do País prevaleceu", completou.

Fica um grande aprendizado do processo, que revela a existência de problemas de articulação política e na base do governo

Fernando Ferro



NILSON BASTIAN/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Obstrução durante as sessões gera debate sobre reforma do Regimento Interno

O encerramento da sessão de votação da MP dos Portos na madrugada de quinta-feira (16) provocou uma discussão entre os deputados sobre o rigor no cumprimento dos dispositivos do Regimento Interno da Câmara e sobre a necessidade de sua alteração. A discussão é renovada em todas as sessões mais longas e foi particularmente presente nas discussões desta semana que cruzaram duas noites seguidas.

O deputado José Genoíno (PT-SP) disse que a sessão não deveria ter sido interrompida antes da conclusão do processo de votação da redação final do texto, que já estaria em curso. "O processo de votação começa com a orientação da votação, e não pode se interromper só por falta de quorum. Foi criada uma ideia de que o processo de votação se limita ao momento em que se está apertando o botão para votar. Não é verdade."

Limites - Antes disso, deputados da base aliada criticaram os deputados da oposição que, no processo de obstrução, estariam extrapolando os limites de tempo de uso da palavra.

Mais tarde, os deputados da base tiveram que se revezar na tribuna para dar tempo aos colegas que voltavam de poucas horas de sono para dar quorum à sessão.

Como explicou o líder do governo, Arlindo Chinaglia: "O que nós estamos fazendo aqui, líderes da base do governo, é usar o tempo de maneira que a gente consiga o quorum. Comparado à tremenda obstrução que foi feita, eu acho que é preciso ter um pouquinho mais de paciência."

Alguns deputados voltaram a falar em mudanças no Regimento Interno, mas, para o vice-líder

do PSD, deputado Guilherme Campos (SP), não é necessária nenhuma alteração. "Acho que o regimento tem que ser aplicado, seguindo rigorosamente os tempos para cada uma das etapas de votação. Não vejo motivo para mudar o regimento. Ele tem que ser mantido e seguido com rigor."

Falta de articulação - Já o deputado Chico Alencar (Psol-RJ) afirmou que o regimento não pode ser culpado pelas dificuldades das lideranças. "Quando há uma base líquida e contraditória e que não se constitui como uma maioria efetiva, a minoria ganha possibilidades. Demora, mas a maioria vence. O problema não é do regimento. É da falta de articulação da base do governo."

Além do uso da palavra, outros instrumentos que podem ser utilizados para obstruir os trabalhos em Plenário são os requerimentos de retirada de pauta e as solicitações de votação nominal. Essas solicitações têm que obedecer a um intervalo de uma hora entre uma votação nominal e outra e, por isso, muitas vezes os parlamentares usam a palavra para alcançar esse tempo.



GUSTAVO LIMA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

ALEXANDRA MARTINS/CÂMARA DOS DEPUTADOS

NILSON BASTIAN/CÂMARA DOS DEPUTADOS

José Genoíno

Guilherme Campos

Chico Alencar

Profissionais defendem avaliação de recém-formados em medicina

Noéli Nobre

Médicos, enfermeiros e veterinários defenderam ontem (16), na Câmara, a obrigatoriedade de um exame específico para os estudantes que se formam em medicina nas faculdades do País ou do exterior.

Na opinião dos profissionais da saúde, esse exame pode ser aplicado ao fim do curso, e os alunos reprovados devem retornar à sala de aula antes de obter o registro. Eles defenderam ainda uma atuação mais rigorosa do Ministério da Educação (MEC) e o fechamento de cursos de má qualidade.

O assunto foi discutido na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em audiência sobre o Projeto de Lei 650/07, que exige a aprovação em exame feito pelos conselhos regionais de Medicina como requisito para a concessão de registro profissional aos novos médicos.

Prova - A proposta tem como relator na comissão o deputado Roberto Santiago (PSD-SP), que requereu a audiência e se manifestou favoravelmente à realização do exame. Falta definir, segundo ele, o responsável pela aplicação da prova, se o MEC ou se os conselhos

regionais de Medicina.

Decisões rápidas - O presidente do Conselho Regional de Medicina do estado de São Paulo (Cremesp), Renato Azevedo Júnior, acredita que o MEC tem condições para avaliar os cursos, mas teria que tomar decisões rápidas em relação aos cursos de má qualidade, podendo mesmo fechá-los. Azevedo disse que a prova impediria a entrada no mercado de profissionais despreparados que colocassem em risco a saúde da população.

Na audiência, a diretora de Avaliação da Educação Superior do MEC, Cláudia Maffini Griboski, lembrou que o País conta hoje com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e que os resultados obtidos em relação a alunos e cursos orientam políticas de qualidade.

Segundo ela, o MEC assina protocolos de compromissos pela melhoria com as instituições, e medidas como a redução de vagas ou o fechamento são aplicados quando há uma permanência da situação negativa. Os debatedores reclamaram, no entanto, da lentidão do ministério em tomar providências.

O deputado Eleuses Paiva (PSD-SP), que é médico, considerou tímida a pos-

tura do MEC. "As faculdades continuam formando alunos despreparados e não vão fazer absolutamente nada. Defendo que, proporcionalmente ao índice de reprovação, se reduza o número de vagas. O aluno que não for aprovado deve continuar na faculdade. Se a faculdade for privada, ele deve continuar

nela sem pagar", afirmou Paiva.

Tramitação - O PL 650/07, que exige a aprovação em exame feito pelos conselhos regionais de Medicina tramitada, em caráter conclusivo, nas comissões de Trabalho; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Teste de conhecimento e aptidões



LUCIO BERNARDO JR. - CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segundo debatedores, a obrigatoriedade da prova impediria que médicos despreparados colocassem em risco a saúde da população

Durante a audiência, especialistas defenderam a institucionalização de um exame nos moldes do que vem sendo aplicado há oito anos pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp).

Trata-se de uma prova objetiva sobre conhecimentos, aptidões e atitudes médicas. No ano passado, a participação dos formandos tornou-se obrigatória para obtenção do registro, independentemente da aprovação ou reprovação na avaliação. A reprovação nesse exame chegou a 54% em 2012.

O presidente do Cremesp, Renato Azevedo Júnior, disse que a obrigatoriedade da prova impediria a entrada no mercado de profissionais despreparados que poderiam colocar em risco a saúde da população. "Na área de

clínica médica, metade das questões não foram respondidas corretamente ao longo dos anos", alertou.

O Brasil conta hoje com 198 faculdades e 209 cursos de medicina. Boa parte desses cursos, segundo Renato Azevedo Júnior, enfrenta problemas como falta de professores qualificados, projetos pedagógicos inadequados, ausência de hospitais universitários, excesso de alunos, falta de estrutura física e altas mensalidades.

"O cenário é preocupante. Nós estamos colocando a população em risco caso não se estabeleça um critério objetivo que defina exatamente qual a qualidade de formação que queremos para os nossos médicos", afirmou o presidente da Associação Paulista de Medicina, Florisval Meinão.



RODOLFO STUCKERT - ACERVO CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os profissionais da saúde defendem que os alunos reprovados devem retornar às aulas antes de obter o registro

TRAGÉDIA

Prefeito de Santa Maria garante que documentação de boate estava legalizada

A documentação da boate Kiss estava em conformidade com a legislação do município, afirmou na quarta-feira (15) o prefeito de Santa Maria (RS), Cezar Schirmer. Ele participou de audiência pública realizada pela comissão externa que analisa as causas da tragédia na boate, que resultou em mais de 240 mortos, em 27 de janeiro.

Segundo Schirmer, para conseguir a licença de funcionamento na prefeitura é preciso apresentar laudos técnicos que comprovem a conformidade do estabelecimento em relação às normas de segurança, de meio ambiente e sanitárias.

Na opinião do prefeito, o que aconteceu na boate foi a junção de vários problemas: a fâsca que iniciou o incêndio, os extintores vencidos e a superlotação. Cezar Schirmer acredita que agora é hora de trabalhar para que tragédias como essa não voltem a ocorrer. "Quantas vezes não se vai a um restaurante que está lotado e alguém diz: 'chama lá o dono que me arrume uma mesa'. No elevador sempre cabe mais um; isso é um pouco da nossa cultura. Temos que começar a criar no País a cultura da legalidade."

O presidente da comissão, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), afirmou que os

esclarecimentos do prefeito demonstram a necessidade de se alterar a legislação vigente. "Há muitas vezes uma dubiedade de competências entre as prefeituras e os bombeiros, o poder de polícia efetivo para poder fechar um estabelecimento. Por exemplo, sobre os procedimentos necessários para um estabelecimento funcionar com a certeza de que o cliente estará em um ambiente seguro. Precisamos de uma lei federal, porque, do jeito que está hoje, cada um dos 27 estados com uma legislação, cada município com uma regra própria, acaba favorecendo a impunidade, a dificuldade

de fiscalização."

Paulo Pimenta propôs que as normas técnicas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) tenham força de lei e sejam cumpridas pelos estabelecimentos comerciais.

Próximas reuniões - Na próxima semana, a comissão vai ouvir técnicos em segurança dos Estados Unidos. Depois, os deputados vão a Porto Alegre para realizar várias audiências com as pessoas que estiveram envolvidas na tragédia da boate Kiss.



RENATO ARAÚJO / ACERVO CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mendes Thame critica proposta que cria três alíquotas de ICMS para os estados

O deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) disse que o fim da guerra fiscal “é algo que interessa a toda a Nação”. O deputado criticou a proposta em tramitação na Câmara que trata do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Para Mendes Thame, o texto torna todo o sistema ainda mais complexo, além de

contribuir com o ambiente de insegurança jurídica.

A proposta estabelece as alíquotas do ICMS em 12% para produtos da Zona Franca de Manaus, 7% para produtos originados de estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e 4% para os demais estados.

“Se o substitutivo do PT ao Projeto de Resolução 01/13 for aprovado, vai provocar uma disputa sem precedentes entre os estados brasileiros, estimulando ainda mais a guerra fiscal, além de impor a São Paulo uma perda de arrecadação de até R\$ 7,5 bilhões ao ano”, declarou.

Mendes Thame disse ainda que o projeto favorece fraudes nas notas fiscais e contraria os interesses da indústria, além de contribuir para a “destruição” da cadeia produtiva já instalada no País e prejudicar os trabalhadores.

“O desenvolvimento das regiões mais pobres do País é um desejo e uma exigência de todos os estados, mas isso não se dará por meio de guerra fiscal, o que beneficia muito mais as empresas. Cabe ao Congresso Nacional promover as necessárias compensações de perdas e ganhos entre os estados para fortalecer o Pacto Federativo”, afirmou.

Dia da Família

O Dia Internacional das Famílias, instituído por resolução da ONU em 1993, foi celebrado por Arolde de Oliveira (PSD-RJ). Além das tradicionais festividades, o deputado defende uma ampla reflexão sobre o fortalecimento da família brasileira, como prevê a Constituição Federal.

Economia de SC

A economia do oeste de Santa Catarina terá um importante avanço, disse Jorginho Mello (PR-SC), ao comentar a ordem de serviço assinada para o início das obras da ferrovia que ligará o município de Dionísio Serqueira ao Porto de Itajaí, favorecendo o escoamento da produção regional.

Código de mineração

Arnaldo Jardim (PPS-SP) criticou o governo federal pelo atraso no envio da proposta do novo Código de Mineração ao Congresso Nacional. O parlamentar também lamentou o fato de o Executivo pretender tratar o marco regulatório do setor por meio de medida provisória.

Desaposentadoria

A responsabilidade do Congresso Nacional na tarefa constitucional de elaborar leis foi lembrada Gonzaga Patriota (PSB-PE). O deputado citou o Superior Tribunal de Justiça, que decidiu sobre a questão da desaposentadoria, assunto que segundo Patriota, deveria ser tratado pelo Legislativo.

Alimentos

Fernando Marroni (PT-RS) elogiou o governo federal pela ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O deputado enfatizou que o PAA tem ajudado a gerar emprego e renda para os pequenos produtores, além de alimentar muitos brasileiros que têm poucos recursos.

BR-386

O Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte lançou o estudo de viabilidade de duplicação da rodovia BR-386, que liga o norte do Rio Grande do Sul a Santa Catarina. Marcon (PT-RS) comemorou a notícia e destacou que a obra vai beneficiar mais de 200 municípios, que serão interligados à capital gaúcha.



RENATO ARAÚJO / ACERVO CÂMARA DOS DEPUTADOS

Fonteles defende PEC que condiciona efeito de súmulas do STF à aprovação do Legislativo

Ao defender a Proposta de Emenda a Constituição (PEC 33/11), Nazareno Fonteles (PT-PI) afirmou na tribuna que o Parlamento detém a última palavra sobre a Constituição e as leis, o que se deve ao caráter representativo do poder, que emana do povo.

A PEC altera a quantidade mínima de votos dos integrantes de tribunais

para a declaração de inconstitucionalidade de leis, além de condicionar o efeito vinculante de súmulas aprovadas pelo STF à análise pelo Poder Legislativo e submeter, em certos casos, ao Congresso a decisão sobre a inconstitucionalidade de emendas à Constituição.

Nazareno Fonteles declarou que é competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela sua competência legislativa, o que significa, segundo ele, que o Parlamento pode sustar atos de ministros do Supremo que invadam essa prerrogativa.

“Lei é o que é feito pelo Parlamento, o qual representa a soberania do povo. Nós estamos apenas reduzindo as intromissões tão frequentes e tão exageradas do Judiciário aqui no Legislativo”, disse.

Segundo o deputado, a Câmara precisa ter “altivez, visto que ministro algum pode interromper” o processo legislativo.

“Espero que esta Casa fique cada vez mais firme e não aceite o golpe que o Judiciário vem praticando aqui no Poder representante do povo, legitimamente eleito para cumprir sua função legislativa”, afirmou Fonteles.

TRFs

Está previsto para esta sexta (17), na sede da Ordem dos Advogados da Bahia, um ato pela promulgação da PEC 544, que prevê a implantação de Tribunais Regionais Federais (TRFs) naquele estado, em Minas Gerais, Paraná e Amazonas. O deputado Amauri Teixeira (PT-BA), salientou que a PEC foi aprovada no Congresso por ampla diferença de quórum, e cobrou a promulgação da presidência do Senado.

MP dos Portos

A sessão de quarta-feira (15) para votar a MP que institui novo marco regulatório para o setor portuário durou cerca de 18 horas ininterruptas. De acordo com Carlos Souza (PSD-AM), esse empenho para votar a medida foi uma demonstração de respeito da Câmara para com a sociedade.



COPA2014.GOV.BR

Plínio Valério (PSDB-AM) disse que a votação da MP dos Portos deveria ter sido realizada na semana passada. Segundo o deputado, o adiamento de qualquer votação vai contra os interesses da sociedade.

Durante a sessão de análise da MP dos Portos, Miro Teixeira (PDT-RJ) fez um apelo aos parlamentares da base aliada para não obstruírem a votação. O parlamentar lembrou que a sessão anterior havia sido suspensa após troca de acusação entre deputados do PMDB e do PR sobre alguns pontos da proposta.

Para Izalci (PSDB-DF), proposta não deveria ter sido enviada pelo governo em forma de MP. Um projeto de lei seria mais apropriado pois permitiria um debate mais amplo, afirmou o parlamentar. Izalci observou que o governo editou a MP dos Portos em dezembro e só no final de abril a proposta chegou à Câmara. “A pressa na votação não correspondeu às ações do governo, que até o momento nem sequer agilizou algum dispositivo previsto na medida”.

Secretários estaduais propõem mudanças em currículos do ensino médio

Escola em tempo integral, ensino profissionalizante e professores com dedicação exclusiva foram algumas das propostas apresentadas na terça-feira (14) na comissão especial que estuda a reformulação do ensino médio. Participaram de audiência pública os secretários estaduais de educação de Minas Gerais, São Paulo e Ceará.

Os secretários apresentaram as iniciativas que estão sendo implementadas nos três estados com a finalidade de tornar o ensino médio mais atrativo e útil para os jovens.

Dados da Secretaria de Ensino de Minas Gerais demonstram que apenas um quarto dos alunos que saem do 9º ano do ensino fundamental concluem o ensino médio.

Novo perfil - Para a secretária Ana Lúcia Gazzola, somente com uma modernização do currículo com o emprego das novas tecnologias existentes vai ser possível garantir a permanência do aluno e melhorar a qualidade do ensino. “É um equívoco pensar que colocar mais disciplinas na escola é o que vai modificar o ensino. O conhecimento no século 21 muda tão rapidamente que nós

precisamos desenvolver competências e habilidades”, afirmou. Segundo Gazzola, é importante criar um perfil de aluno “que seja capaz de aprender sempre e esteja disposto a enfrentar com uma mente empreendedora e inovadora as transformações do mundo e do conhecimento”.

Ensino deficitário - Maria Izolda Coelho, secretária de Educação do Ceará, lamentou que os alunos já cheguem ao ensino médio com uma educação deficitária e que após três anos continuem fracos ou ainda piores no desempenho escolar.

Ela defendeu reformas estruturantes como a construção de escolas, investimento em transporte escolar, laboratórios, acervos, ginásios esportivos, renovação de mobília escolar e climatização como formas de garantir o acesso, a permanência e o aprendizado dos jovens no ensino médio.

Já o secretário do estado de São Paulo, Herman Cornelius, destacou que desde 2011 está sendo implantado o projeto “Educação: compromisso de São Paulo”, que institui a escola integral e a carreira de dedicação exclusiva para os professores do ensino médio. Para o professor que



ZECA RIBEIRO / ACERVO CÂMARA DOS DEPUTADOS

Os secretários estaduais apresentaram iniciativas que pretendem tornar o ensino médio mais atrativo e útil para os jovens

optar pela dedicação exclusiva, explicou Herman Cornelius, será dado um acréscimo de 75% no salário.

Vestibular - O relator da comissão, deputado Wilson Filho (PMDB-PB), lembrou que o ensino médio tem como objetivo preparar para a vida, mas atualmente tornou-se um espaço de tempo apenas de preparação para o vestibular, que deixa de fora a maior parte dos alunos. “Infelizmente, pouca

gente consegue passar, e os 88%, que é o percentual de estudantes que não entram no vestibular, não usam o ensino médio para nada porque este não tem o lado profissionalizante, o ensino integral, uma flexibilização da grade curricular”, criticou.

A comissão vai realizar ainda em maio reuniões nos estados para verificar as iniciativas que deram certo e as que precisam ser corrigidas.

MP com recursos do Fundeb para filantrópicas é aprovada em comissão

A comissão mista que analisou a Medida Provisória 606/13 aprovou na quarta-feira (15) o relatório do senador José Pimentel (PT-CE). A MP amplia uso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb) na pré-escola para entidades sem fins lucrativos; muda regras de crédito para exportação de aviões; e amplia prazo para regra de impostos de empresas de banda larga. O texto seguiu para análise do Plenário da Câmara.

O texto aprovado autoriza, até o final de 2016, o pagamento com recursos federais de convênios entre prefeituras e pré-escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

A alteração foi feita na lei que regula o Fundeb (11.494/07), e vale para a educação de crianças de quatro e cinco anos de idade.



IVALDO CAVALCANTE / ACERVO CÂMARA DOS DEPUTADOS

O texto autoriza o pagamento com recursos federais de convênios entre prefeituras e pré-escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas

O texto atualizou a regra também quanto ao censo escolar, para que seja feita a transferência de recursos ao município, considerando o censo mais recente, e não mais o de 2006.

Banda larga - O relator aumentou o prazo para inscrição de empresas no Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga. O prazo, que

acabaria em junho desse ano, será prorrogado até junho de 2014. Segundo Pimentel, o decreto que regulamentou o programa só foi editado no início do ano, por isso o prazo deve ser estendido.

Aviões - A MP também altera normas do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), relativas à indústria aeronáutica. Ao se fazer a análise de risco dessas operações, principalmente da Embraer, as companhias aéreas que irão utilizar as aeronaves não são consideradas, uma vez que, segundo o modelo de operação do setor, uma empresa deve ser criada

especificamente para comprar e alugar os aviões às companhias que os utilizarão.

Com a alteração, o crédito passará a ter seguro facilitado, contando com a análise de que empresa utilizará os aviões de fato. “A exportação de aviões é uma parte importante da balança comercial brasileira, e faltava essa compreensão do setor de seguros”, disse o relator.

DISCURSOS

Estiagem

A comissão geral ocorrida na semana passada para discutir a seca no semiárido foi descrita por Mauro Benevides (PMDB-CE) como um passo importante para equacionar os problemas provocados pela estiagem na região. O parlamentar espera que as medidas sugeridas sejam efetivadas pelo governo federal.

13 de Maio

Passados 125 anos da Abolição, Costa Ferreira (PSC-MA) refletiu sobre o significado do dia 13 de maio. O deputado disse que, apesar dos esforços governamentais, as mazelas sociais decorrentes da escravidão e da libertação desassistida repercutem ainda hoje na sociedade.

Abastecimento

A inauguração de mais uma Central de Abastecimento no Espírito Santo foi elogiada por Paulo Foletto (PSB-ES). O deputado afirmou que a nova Ceasa vai melhorar o comércio da agricultura familiar em todo o norte capixaba. As regiões noroeste, central e metropolitana já contam com as centrais de abastecimento.

Frente Agropecuária pede a Temer suspensão da demarcação de terras indígenas

Tiago Miranda

Parlamentares das bancadas do agronegócio na Câmara e no Senado pediram ontem (16) a paralisação da demarcação de terras indígenas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), durante reunião com o vice-presidente da República, Michel Temer.

Segundo o presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), o vice-presidente da República ficou impressionado com os relatos de produtores rurais que participaram da reunião. Os produtores relataram como foram expulsos das terras onde moravam para garantir a demarcação de reservas indígenas.

“A nossa questão é parar, sustar os processos e o drama em que vivem milhares de famílias”, afirmou Heinze. Além de Temer, participaram do encontro o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e o advogado-geral da União (AGU), Luís Inácio Adams.

Na avaliação de Henrique Eduardo Alves, é essencial encontrar uma maneira de estabelecer uma convivência harmoniosa entre índios e produtores rurais. “Marcamos uma nova reunião, junto com o ministro Adams, Michel

Temer e a ministra [da Casa Civil] Gleisi Hoffmann, para encontrar uma maneira de harmonizar essa relação, respeitando os indígenas, por sua história e papel na formação do País, e também os ruralistas, que estão numa situação muito atritada.”

Laudos fraudulentos - Heinze reafirmou o interesse em rever a política de demarcação de terras nesse encontro, dentro de duas semanas, com a ministra Gleisi. “Nós precisamos cuidar dos problemas urgentes que estão ocorrendo, mas há problemas pretéritos, desapropriações com laudos fraudulentos”, afirmou o deputado.

Heinze disse esperar que a presidente Dilma Rousseff suspenda os processos demarcatórios por 15 dias, como Temer sugeriu durante a reunião. Durante audiência pública ocorrida na Câmara na última semana, a ministra se comprometeu a apresentar até o fim deste semestre uma definição de procedimentos claros para a demarcação de territórios indígenas.

Regras de demarcação - Os parlamentares cobraram do advogado-geral da União, Luís Adams, a reedição da Portaria 303/12, da AGU, que estendeu para todos os processos de demarcação



Parlamentares, produtores e o presidente Henrique Eduardo Alves participaram da reunião com Michel Temer, na vice-presidência da República

de terras indígenas as 19 condicionantes adotadas no reconhecimento da aldeia Raposa Serra do Sol, em Roraima.

“A portaria, se reeditada, disciplina os processos em andamento neste momento; já alivia 70% dos processos de todo o Brasil”, afirmou Heinze. O ministro da AGU não deu entrevistas e não afirmou se pretende voltar a publicar a norma.

A portaria autoriza o governo a construir rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia e instalações militares dentro das aldeias sem autorização das comunidades indígenas. O texto também veta a ampliação de terras demarcadas. Após críticas, a portaria acabou suspensa pela própria AGU até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o caso.

INFRAESTRUTURA

Empresa promete solução para cortes de energia no Sul do Pará

Maria Neves

O diretor de distribuição das Centrais Elétricas do Pará (Celpa), Sérgio Túlio dos Santos, apresentou as soluções que a empresa adotará para os problemas de corte de energia ocorridos principalmente no sul do Pará. Santos participou de audiência pública terça-feira (14) na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia.

Santos garantiu que até o início de junho a Celpa inaugura novos pontos de suprimento de energia em Carajás e Xinguara, que vão atender o sul do estado. “Hoje, toda energia vem de uma única linha de transmissão, que sai de Marabá, e já atingiu o limite operacional, daí os problemas”, explicou.

Segundo o deputado Zequinha Marinho (PSC-PA), que pediu a realização da audiência, a instabilidade no fornecimento causa transtorno aos moradores nas cidades do sul do estado. Em algumas situações,

a falta de energia chega a durar horas e acontecem a cada 20 minutos, relatou.

No ano passado, levantamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) classificou o grupo como a pior distribuidora de energia do País. A Celpa já havia recebido a mesma classificação em anos anteriores.

O representante da Celpa disse ainda que outra causa para os cortes frequentes de energia no sul paraense é a extensão da única linha de transmissão para a localidade – mais de 1,5 mil km. Santos afirmou que, ainda este ano, “a empresa irá construir uma subestação

e redividir esse circuito”. Há obras previstas ainda para outras localidades, como Eldorado de Carajás, Redenção, Conceição do Araguaia e Santana. No total, a empresa prevê investir R\$ 700 milhões até 2014.

Multas - Segundo o superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da Aneel, José Moisés Machado da Silva, em 2012 o órgão recebeu 3.686 reclamações contra a distribuidora. Desde 2006, a agência aplicou em torno de R\$ 100 milhões multas à empresa. No final de 2012, a Celpa sofreu intervenção federal e trocou de controlador. A empresa foi assumida pelo Grupo Equatorial em novembro, que promete melhorar a qualidade dos serviços.

Como forma de melhor o suprimento de energia em toda a Região Norte, o superintendente da Aneel afirmou que a agência adota “incentivos e desincentivos” econômicos. “Do ponto de vista normativo, em 2010, passou-se a prever que o consumidor será ressarcido

sempre que houver interrupção do fornecimento”, esclareceu.

Além disso, Machado da Silva afirmou que há fiscalizações periódicas para sugerir intervenções preventivas e reuniões periódicas do diretor da Aneel com representantes das empresas com serviços de pior qualidade. O objetivo desse trabalho, segundo ele, também é solucionar falhas antes que prejudiquem o consumidor.

Confiança - O deputado Zequinha Marinho disse estar confiante de que, com os investimentos anunciados, os problemas do Pará com o suprimento de energia finalmente serão superados. “Principalmente pelos investimentos em Xinguara, no sul, boa parte dos problemas vão estar solucionados em pouco mais de um mês”, diz.

Marinho atribui os problemas observados na região a dois fatores principais: as grandes extensões territoriais e a baixa densidade populacional no passado. Nos últimos anos, no entanto, aumentou progressivamente o número de habitantes no estado, mas os investimentos no setor energético não acompanharam essa evolução.



A Celpa foi questionada pelos constantes cortes de energia no sul do Pará